

# Sumário

## PARTE I – TEORIA GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA

<b>CAPÍTULO I ▶ ACESSO À JUSTIÇA .....</b>	<b>23</b>
1. INTRODUÇÃO .....	23
2. DIREITO HUMANO AO ACESSO À JUSTIÇA .....	23
3. PROJETO DE FLORENÇA DE ACESSO À JUSTIÇA (1979).....	24
3.1. Obstáculos ao Acesso à Justiça .....	24
3.1.1. Obstáculo econômico .....	25
3.1.2. Obstáculo cultural.....	25
3.1.3. Obstáculo organizacional .....	25
3.2. Ondas Renovatórias do Acesso à Justiça .....	26
3.2.1. Primeira onda renovatória .....	26
3.2.2. Segunda onda renovatória .....	26
3.2.3. Terceira onda renovatória .....	26
3.3. Releitura Contemporânea .....	27
4. PROJETO GLOBAL DE ACESSO À JUSTIÇA ( <i>GLOBAL ACCESS TO JUSTICE PROJECT</i> ) .....	28
5. MODELOS DE PRESTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA.....	29
5.1. Modelo <i>Pro Bono</i> .....	29
5.2. Modelo <i>Judicare</i> .....	29
5.3. <i>Salaried Staff Model</i> .....	29
5.4. Modelo Misto.....	30
6. 100 REGRAS DE BRASÍLIA SOBRE O ACESSO À JUSTIÇA .....	30
<b>CAPÍTULO II ▶ EVOLUÇÃO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA E GRATUIDADE DA JUSTIÇA.....</b>	<b>33</b>
1. INTRODUÇÃO .....	33
2. ANTECEDENTES HISTÓRICOS.....	33
3. EVOLUÇÃO DA ASSISTÊNCIA E GRATUIDADE NO BRASIL.....	34
3.1. Período Colonial e Imperial .....	34
3.2. Brasil Republicano .....	35
3.3. Constituição de 1934.....	36

3.4.	Constituição de 1937.....	36
3.5.	Código de Processo Civil de 1939 .....	37
3.6.	Constituição de 1946 .....	37
3.7.	Lei nº 1.060/50.....	38
3.8.	Constituição de 1967 .....	39
3.9.	Código de Processo Civil de 1973 .....	40
3.10.	Constituição de 1988 .....	40
3.11.	Código de Processo Civil de 2015.....	42
4.	CONCEITOS RELACIONADOS À ASSISTÊNCIA E GRATUIDADE .....	42
4.1.	Assistência Judiciária .....	43
4.2.	Assistência Jurídica .....	43
4.3.	Gratuidade da Justiça .....	44
<b>CAPÍTULO III ► DEFENSORIA PÚBLICA NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988.....</b>		<b>47</b>
1.	INTRODUÇÃO .....	47
2.	ARQUÉTIPO CONSTITUCIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA.....	48
2.1.	Trajetórias das Reformas Constitucionais.....	48
2.2.	Emenda Constitucional nº 80/2014.....	50
2.2.1.	Posição estrutural.....	50
2.2.2.	Nova formatação constitucional.....	51
2.2.3.	Funções constitucionais expressas/típicas.....	52
2.2.4.	Aplicação dos princípios norteadores da magistratura .....	53
2.2.5.	Iniciativa de proposta de lei.....	55
2.2.6.	Proporcionalidade de Defensores/as .....	56
3.	AUTONOMIAS CONSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA.....	57
3.1.	Autonomia Funcional .....	58
3.2.	Autonomia Administrativa .....	59
3.3.	Autonomia Financeira .....	60
4.	PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA.....	62
4.1.	Unidade .....	62
4.2.	Indivisibilidade .....	63
4.3.	Independência Funcional .....	64
5.	COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS E DEFENSORIA PÚBLICA .....	65
5.1.	Iniciativa de Proposta de Lei (autonomia legislativa).....	65

5.2.	Repartição Constitucional de Competência Legislativa .....	66
5.3.	Possível Defensoria Pública Municipal?.....	68
6.	GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DOS MEMBROS DA DEFENSORIA PÚBLICA .....	69
6.1.	Garantias Específicas: inamovibilidade e independência funcional .....	70
6.2.	Irredutibilidade do Subsídio .....	70
6.3.	Estabilidade .....	71
7.	VEDAÇÕES CONSTITUCIONAIS AOS MEMBROS DA DEFENSORIA PÚBLICA .....	71
7.1.	Exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.....	71

**CAPÍTULO IV ► DEFENSORIA PÚBLICA NA LEGISLAÇÃO INTERNA E INTERNACIONAL: NOÇÕES GERAIS.....**

73

1.	INTRODUÇÃO .....	73
2.	LEI COMPLEMENTAR Nº 80/94 .....	73
2.1.	Divisão Orgânica da Defensoria Pública Brasileira .....	74
2.1.1.	Defensoria Pública da União .....	74
2.1.2.	Defensoria Pública dos Territórios.....	74
2.1.3.	Defensoria Pública do Distrito Federal .....	74
2.1.4.	Defensoria Pública dos Estados .....	75
2.2.	Organização Administrativa da Defensoria Pública: panorama geral .....	75
2.2.1.	Defensoria Pública-Geral .....	75
2.2.2.	Subdefensoria Pública-Geral .....	75
2.2.3.	Conselho Superior .....	76
2.2.4.	Corregedoria-Geral.....	76
2.2.5.	Órgãos de atuação .....	76
2.2.6.	Órgãos de execução .....	76
2.2.7.	Ouidoria-Geral.....	77
3.	CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS E LEIS COMPLEMENTARES ESTADUAIS.....	77
4.	DE LEGE FERENDA: CONSELHO NACIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA (CNDP) .....	78
5.	COLÉGIO NACIONAL DOS DEFENSORES PÚBLICOS GERAIS (CONDEGE) .....	78
6.	CONSELHO NACIONAL DE CORREGEDORES GERAIS DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS ESTADUAIS, DO DISTRITO FEDERAL E DA UNIÃO (CNCG) .....	78
7.	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS (ANADep) .....	79
8.	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DEFENSORES PÚBLICOS FEDERAIS (ANADepF) .....	79
9.	DIRETRIZES INTERNACIONAIS DA OEA PARA AS DEFENSORIAS PÚBLICAS .....	79
9.1.	Resolução 2.656/2011 da OEA .....	79

9.2.	Resolução 2.887/2016 da OEA .....	80
10.	ASSOCIAÇÃO INTERAMERICANA DE DEFENSORIAS PÚBLICAS (AIDEF) .....	80
11.	DEFENSOR PÚBLICO INTERAMERICANO (DPI) .....	81
11.1.	Formação do Corpo de Defensores Públicos Interamericanos .....	82
11.2.	DPI na Corte Interamericana de Direitos Humanos .....	83
11.3.	DPI na Comissão Interamericana de Direitos Humanos .....	83
11.4.	Designação do Defensor Público Interamericano .....	84
<b>CAPÍTULO V ► OBJETIVOS DA DEFENSORIA PÚBLICA.....</b>		<b>85</b>
1.	INTRODUÇÃO .....	85
2.	PRIMAZIA DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA .....	85
3.	AFIRMAÇÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO .....	86
4.	PREVALÊNCIA E EFETIVIDADE DOS DIREITOS HUMANOS .....	87
5.	GARANTIA DOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO .....	87
<b>CAPÍTULO VI ► FUNÇÕES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA.....</b>		<b>89</b>
1.	INTRODUÇÃO .....	89
2.	ORIENTAÇÃO JURÍDICA .....	92
3.	DEFESA DOS NECESSITADOS.....	92
3.1.	Necessitados Econômicos.....	92
3.2.	Outras Formas de Necessidades e Vulnerabilidades .....	93
4.	PROMOÇÃO DA SOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DOS CONFLITOS.....	95
5.	DIFUSÃO E CONSCIENTIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA .....	96
6.	PROMOÇÃO DE ATENDIMENTO INTERDISCIPLINAR.....	97
7.	PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL .....	97
7.1.	Recebimento dos Autos com Vista .....	98
7.2.	Atuação em Favor de Pessoas Jurídicas .....	99
8.	REPRESENTAÇÃO PERANTE SISTEMAS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO .....	100
8.1.	Legitimidade para Representação .....	101
8.1.1.	Legitimidade exclusiva .....	101
8.1.2.	Legitimidade universal .....	101
8.1.3.	Legitimidade concorrente .....	102
8.2.	Assistência Jurídica no Processo Internacional de Direitos Humanos.....	102
8.2.1.	Defensoria Pública brasileira .....	102

8.2.1.1.	Representação processual .....	102
8.2.1.2.	<i>Amicus curiae</i> .....	103
8.2.2.	Defensor Público Interamericano (DPI) .....	103
9.	PROMOÇÃO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA E DEMAIS AÇÕES COLETIVAS .....	104
9.1.	Legitimidade Ativa da Defensoria Pública para Tutela Coletiva .....	104
9.2.	Condução de Procedimento Administrativo de Tutela Coletiva .....	106
9.3.	Defesa da Probidade Administrativa .....	107
10.	DEFESA DOS DIREITOS E INTERESSES DO CONSUMIDOR .....	107
11.	IMPETRAÇÃO DE AÇÕES CONSTITUCIONAIS EM DEFESA DAS FUNÇÕES E PRERROGATIVAS... ..	108
12.	PROMOÇÃO DA MAIS AMPLA DEFESA DOS NECESSITADOS .....	108
13.	DEFESA DOS GRUPOS SOCIAIS VULNERÁVEIS .....	108
14.	ACOMPANHAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL .....	109
14.1.	Comunicação Imediata da Prisão em Flagrante .....	109
14.2.	Investigação Criminal Defensiva .....	109
15.	PATROCÍNIO DA AÇÃO PENAL PRIVADA E SUBSIDIÁRIA .....	110
16.	EXERCÍCIO DA CURADORIA ESPECIAL .....	111
17.	ATUAÇÃO NOS ESTABELECIMENTOS POLICIAIS, PENITENCIÁRIOS E DE INTERNAÇÃO .....	111
17.1.	Deveres dos Estabelecimentos .....	112
17.2.	Prerrogativas Específicas dos/as Defensores/as .....	112
18.	ATUAÇÃO NA PRESERVAÇÃO E REPARAÇÃO DOS DIREITOS DAS VÍTIMAS .....	112
19.	ATUAÇÃO NOS JUIZADOS ESPECIAIS .....	113
20.	PARTICIPAÇÃO EM CONSELHOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS .....	113
21.	RECEBIMENTO E EXECUÇÃO DAS VERBAS SUCUMBENCIAIS .....	114
21.1.	Destinação dos Honorários .....	114
21.2.	Condenação da Pessoa Jurídica de Direito Público da qual Pertença a Defensoria Pública: análise crítica e superação da Súmula 421 do STJ ....	115
22.	CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS .....	117
23.	CARÁTER NÃO EXAUSTIVO DAS FUNÇÕES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA .....	117
24.	INSTRUMENTOS E GARANTIAS PARA O EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES INSTITUCIONAIS .....	117
24.1.	Exercício em Face de Pessoa Jurídica de Direito Público .....	118
24.2.	Transação, Mediação e Conciliação na Defensoria .....	118
24.3.	Modelo Público de Assistência Jurídica .....	119
24.4.	Capacidade Postulatória do Membro da Defensoria .....	119

24.4.1.	(Des)Necessidade de Inscrição na OAB.....	120
24.5.	Garantia de Assento Paritário ao Ministério Público.....	122
24.6.	Aferição das Hipóteses de Atuação Institucional.....	122
24.7.	Documento Funcional .....	123
<b>CAPÍTULO VII ► DIREITOS DOS ASSISTIDOS DA DEFENSORIA PÚBLICA .....</b>		<b>125</b>
1.	INTRODUÇÃO .....	125
2.	DIREITO À INFORMAÇÃO.....	125
3.	DIREITO À QUALIDADE E EFICIÊNCIA DO ATENDIMENTO .....	126
4.	DIREITO DE RECURSO EM CASO DE RECUSA DE ATUAÇÃO.....	127
5.	DIREITO AO DEFENSOR NATURAL.....	127
6.	DIREITO À ATUAÇÃO DE DISTINTOS DEFENSORES .....	129
<b>CAPÍTULO VIII ► ATRIBUIÇÕES, GARANTIAS E PRERROGATIVAS DOS MEMBROS DA DEFENSORIA PÚBLICA.....</b>		<b>131</b>
1.	INTRODUÇÃO .....	131
2.	ATRIBUIÇÕES DOS/AS DEFENSORES/AS PÚBLICOS/AS.....	131
2.1.	Atendimento às Partes Interessadas .....	132
2.2.	Postular pela Gratuidade da Justiça aos Necessitados .....	132
2.3.	Buscar a Conciliação das Partes .....	132
2.4.	Acompanhar e Comparecer aos Atos Processuais .....	132
2.5.	Interpor Recurso e Promover Revisão Criminal .....	132
2.6.	Defender Acusados em Processos Disciplinares.....	133
2.7.	Participar do Conselho Penitenciário.....	133
2.8.	Certificar a Autenticidade de Cópias e Documentos.....	133
2.9.	Atuar nos Estabelecimentos Penais .....	133
3.	GARANTIAS DOS/AS DEFENSORES/AS PÚBLICOS/AS .....	134
3.1.	Independência Funcional .....	135
3.2.	Inamovibilidade.....	136
3.3.	Irredutibilidade de Vencimentos .....	137
3.4.	Estabilidade .....	137
4.	PRERROGATIVAS DOS/AS DEFENSORES/AS PÚBLICOS/AS .....	138
4.1.	Intimação Pessoal, com Vista dos Autos.....	139
4.2.	Contagem em Dobro dos Prazos.....	141
4.3.	Restrições à Prisão.....	142

4.3.1.	Comunicação ao Defensor Público-Geral .....	142
4.3.2.	Recolhimento em Prisão Especial .....	143
4.4.	Uso de Vestes Talares e Insígnias Privativas .....	143
4.5.	Vista Pessoal de Processos fora do Cartório.....	143
4.6.	Comunicação Pessoal e Reservada com Assistidos.....	144
4.7.	Examinar Autos de Flagrantes, Inquéritos e Processos.....	144
4.8.	Manifestação por meio de Cota .....	145
4.9.	Poder de Requisição para Autoridades Públicas .....	145
4.9.1.	Poder de requisição para entidades privadas .....	146
4.9.2.	Constitucionalidade do poder de requisição .....	147
4.10.	Representação Processual Independentemente de Mandato.....	149
4.10.1.	Exceções: necessidade de poderes especiais.....	150
4.11.	Deixar de Patrocinar a Demanda.....	150
4.12.	Tratamento Isonômico com Magistrados e demais Funções Essenciais ...	151
4.13.	Prévio Ajustamento para Oitiva como Testemunha.....	151
4.14.	Comunicação da Investigação Criminal.....	152
4.15.	Outras prerrogativas previstas em legislações estaduais.....	152
4.15.1.	(In)Constitucionalidade do foro por prerrogativa de função...	152

<b>CAPÍTULO IX ► DEVERES, PROIBIÇÕES E IMPEDIMENTOS FUNCIONAIS DOS MEMBROS DA DEFENSORIA .....</b>	<b>155</b>
1. INTRODUÇÃO .....	155
2. DEVERES DOS/AS DEFENSORES/AS PÚBLICO/AS .....	155
2.1. Residência na Localidade de Exercício das Funções.....	156
2.2. Desempenho das Funções com Zelo e Presteza .....	157
2.3. Comunicação das Irregularidades .....	157
2.4. Fornecimento de Informações Solicitadas.....	157
2.5. Presença no Órgão de Atuação e nos Atos Judiciais .....	158
2.6. Reconhecimento das Situações de Impedimento e Suspeição .....	158
2.7. Interposição de Recursos e Ajuizamento de Revisão Criminal .....	158
3. PROIBIÇÕES AOS/ÀS DEFENSORES/AS PÚBLICOS/AS.....	159
3.1. Exercício da Advocacia .....	160
3.2. Prática de Atos Contrários às Funções do Cargo ou seus Princípios Éticos .....	161
3.3. Recebimento Pessoal de Honorários, Percentagens ou Custas .....	161

3.4.	Exercício do Comércio ou Participar de Sociedade Comercial.....	161
3.5.	Exercício de Atividade Político-partidária, caso atue perante Justiça Eleitoral .....	162
4.	HIPÓTESES DE IMPEDIMENTOS DOS/AS DEFENSORES/AS PÚBLICOS/AS .....	162
5.	HIPÓTESES DE SUSPEIÇÃO DOS/AS DEFENSORES/AS PÚBLICOS/AS.....	163
<b>CAPÍTULO X ► RESPONSABILIDADE FUNCIONAL DOS MEMBROS DA DEFENSORIA .....</b>		<b>165</b>
1.	INTRODUÇÃO .....	165
2.	FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE FUNCIONAL DOS/AS DEFENSORES/AS.....	165
2.1.	Correição Ordinária .....	166
2.2.	Correição Extraordinária .....	166
3.	INFRAÇÕES DISCIPLINARES .....	166
4.	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR .....	167
5.	SANÇÕES.....	167
5.1.	Advertência.....	167
5.2.	Suspensão Temporária.....	167
5.3.	Remoção Compulsória.....	167
5.4.	Demissão ou Cassação da Aposentadoria.....	168
5.5.	Prescrição das Sanções.....	168
6.	REVISÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO .....	168
7.	INAPLICABILIDADE DO ESTATUTO DA OAB .....	168
<b>CAPÍTULO XI ► DEFENSORIA PÚBLICA E A DEFESA DOS VULNERÁVEIS .....</b>		<b>171</b>
1.	INTRODUÇÃO .....	171
2.	VOCAÇÃO CONSTITUCIONAL PARA TUTELA DOS NECESSITADOS E VULNERÁVEIS .....	171
3.	DEFENSORIA PÚBLICA COMO <i>CUSTOS VULNERABILIS</i> .....	172
3.1.	Sentido Genérico .....	173
3.2.	Sentido Específico (intervenção <i>custos vulnerabilis</i> ).....	173
4.	INTERVENÇÃO <i>CUSTOS VULNERABILIS</i> .....	174
5.	DEFENSORIA PÚBLICA COMO <i>AMICUS COMMUNITAS</i> .....	175

## PARTE II – DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

<b>CAPÍTULO I ► ORGANIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO .....</b>		<b>179</b>
1.	INTRODUÇÃO .....	179

1.1.	Lei Complementar nº 80/94 .....	179
2.	ÂMBITO DE ATUAÇÃO DPU.....	180
3.	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA DPU .....	181
3.1.	Órgãos da Administração Superior .....	182
3.1.1.	Defensoria Pública-Geral da União .....	182
3.1.2.	Subdefensoria Pública-Geral da União.....	184
3.1.3.	Conselho Superior da Defensoria Pública da União.....	184
3.1.4.	Corregedoria-Geral da Defensoria Pública da União .....	186
3.2.	Órgãos de Atuação .....	187
3.2.1.	Defensoria Pública da União nos Estados, DF e Territórios.....	188
3.2.2.	Núcleos da Defensoria Pública da União .....	189
3.3.	Órgãos de Execução .....	189
3.3.1.	Defensores/as Públicos/as Federais nos Estados, no DF e Ter- ritórios.....	190
4.	CARREIRA DE DEFENSOR/A PÚBLICO/A FEDERAL.....	190
4.1.	Escalonamento na Carreira.....	190
4.2.	Ingresso na Carreira.....	191
4.2.1.	Registro na OAB e Tempo de prática jurídica.....	191
4.3.	Nomeação, Posse e Lotação Inicial na Carreira .....	192
4.4.	Promoção dos Membros da DPU .....	193
4.5.	Remoção dos Membros da DPU.....	193
4.6.	Direitos dos Membros da DPU .....	194
4.6.1.	Remuneração.....	194
4.6.2.	Férias .....	195
4.6.3.	Afastamentos .....	195
5.	ESCOLA SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO (ESDPU) .....	196

### PARTE III – DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

<b>CAPÍTULO I ► ORGANIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL.....</b>	<b>199</b>
1. INTRODUÇÃO .....	199
2. ÂMBITO DE ATUAÇÃO.....	201
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA DPDF .....	202
3.1. Órgãos da Administração Superior .....	202

3.1.1.	Conselho Superior (CS).....	202
3.1.2.	Defensoria Pública-Geral (DPG) .....	206
	3.1.2.1. Subdefensoria Pública-Geral.....	207
3.1.3.	Corregedoria-Geral (CG).....	208
3.1.4.	Conselho de Administração do Fundo de Apoio e Aparelhamento do Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal (CAProjur) .....	209
3.1.5.	Escola de Assistência Jurídica (Easjur).....	210
3.2.	Órgãos de Assessoramento Superior.....	210
3.3.	Órgãos de Execução .....	211
3.4.	Órgãos de Administração .....	212
3.5.	Órgãos de Apoio Técnico .....	213
3.6.	Órgão Auxiliar: Ouvidoria-Geral (OV) .....	213
4.	CARREIRA DE DEFENSOR/A PÚBLICO/A DO DISTRITO FEDERAL.....	213
4.1.	Escalonamento na Carreira .....	214
4.2.	Ingresso na Carreira.....	214
4.3.	Nomeação, Posse e Lotação Inicial na Carreira .....	215
4.4.	Promoção dos Membros da DPDF.....	215
4.5.	Remoção dos Membros da DPDF .....	215
4.6.	Direitos dos Membros da DPDF.....	216

#### PARTE IV – DEFENSORIA PÚBLICA DOS ESTADOS

<b>CAPÍTULO I ►</b>	<b>NORMAS GERAIS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS DOS ESTADOS .....</b>	<b>219</b>
1.	INTRODUÇÃO .....	219
2.	ÂMBITO DE ATUAÇÃO .....	219
3.	NOTAS GERAIS SOBRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS DOS ESTADOS .....	219
3.1.	Órgãos da Administração Superior .....	220
	3.1.1. Defensoria Pública-Geral do Estado.....	220
	3.1.2. Subdefensoria Pública-Geral do Estado.....	221
	3.1.3. Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado .....	221
	3.1.4. Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado.....	222
3.2.	Órgãos de Atuação .....	223
	3.2.1. Defensorias Públicas do Estado .....	223

3.2.2.	Núcleos da Defensoria Pública do Estado .....	224
3.3.	Órgãos de Execução .....	224
3.3.1.	Defensores/as Públicos/as do Estado.....	224
3.4.	Órgão Auxiliar .....	225
3.4.1.	Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado.....	225
4.	CARREIRA DE DEFENSOR/A PÚBLICO/A DO ESTADO .....	226
4.1.	Escalonamento na Carreira .....	227
4.2.	Ingresso na Carreira.....	227
4.2.1.	Tempo de prática jurídica exigida .....	227
4.2.2.	Curso oficial de preparação à carreira .....	227
4.3.	Nomeação e Escolha de Vagas.....	228
4.4.	Promoção dos Membros .....	228
4.5.	Remoção dos Membros.....	228
4.6.	Direitos dos Membros .....	229
4.6.1.	Remuneração.....	229
4.6.2.	Férias .....	229
4.6.3.	Afastamentos .....	229
5.	ESCOLAS DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS DOS ESTADOS .....	230

## **PARTE V – TESES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA**

<b>CAPÍTULO I ► NOÇÕES GERAIS SOBRE TESES INSTITUCIONAIS .....</b>	<b>233</b>
1. INTRODUÇÃO .....	233
2. PROCEDIMENTOS PARA PRODUÇÃO DE TESES INSTITUCIONAIS .....	234
3. INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL DO/A DEFENSOR/A PÚBLICO/A .....	234
3.1. Impossibilidade de Desrespeito à Tese Institucional por Convicção Pessoal .....	235
3.2. Desrespeito à tese institucional por estratégia jurídica ou por prejudicialidade aos interesses da parte assistida pelo/a defensor/a.....	235
4. LITIGÂNCIA ESTRATÉGICA E TESES INSTITUCIONAIS.....	236
<b>CAPÍTULO II ► DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS .....</b>	<b>237</b>
1. TESES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO .....	237
2. TESES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ.....	237
3. TESES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA.....	237

<b>CAPÍTULO III ▶ DIREITO CIVIL, PROCESSUAL CIVIL E FAZENDA PÚBLICA .....</b>	<b>239</b>
1. TESES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO .....	239
2. TESES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PARANÁ.....	243
3. TESES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA.....	243
4. ENUNCIADOS DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS .....	244
5. TESES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS .....	245
6. TESES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE TOCANTINS.....	245
<b>CAPÍTULO IV ▶ DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....</b>	<b>247</b>
1. TESES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO .....	247
2. TESES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ.....	250
3. TESES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA.....	250
4. TESES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS .....	252
<b>CAPÍTULO V ▶ DIREITO PENAL, PROCESSUAL PENAL E EXECUÇÃO PENAL .....</b>	<b>253</b>
1. TESES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO .....	253
2. TESES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ.....	258
3. TESES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA.....	259
4. TESES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS.....	261
5. TESES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS.....	261
6. TESES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE TOCANTINS.....	262
7. TESES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA .....	263
8. ENUNCIADOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS SOBRE O “PACTO ANTICRIME” .....	266
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>269</b>